

“Raízes Negras Dispersas”:

assenhoreamento no pós-abolição do antigo município de Iguassú (1888-1940)

“Black Scattered Roots”:
living in post-abolition of the old municipality of Iguassu (1888-1940)

CARLOS EDUARDO C. DA COSTA

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor adjunto C3 e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)¹
carlos.hist@gmail.com

RESUMO: Pouco se sabe sobre os últimos anos do período do cativo e do pós-abolição na Baixada Fluminense, e muito menos sobre os locais de moradias da população egressa do cativo. Neste artigo, pretende-se analisar os 50 anos posteriores à abolição, com a finalidade de construir um contexto dos locais de moradias dos descendentes diretos e indiretos de ex-escravizados. Do mesmo modo, identificar os motivos pelos quais, até o presente momento, não foi possível encontrar comunidades negras remanescentes de quilombolas extensas. Para atingir este objetivo serão analisados os censos, os registros civis de nascimento e bibliografia secundária da Baixada Fluminense. O presente artigo é uma versão estendida da comunicação apresentada no Seminário "Raízes Negras: do Iguassú à Nova Iguaçu", ocorrido no ano de 2012, quando a sociedade civil — na liderança do Procurador Geral do Município de Nova Iguaçu — se organizou para delimitar políticas públicas de auxílio às comunidades remanescentes de quilombo da Baixada Fluminense. O que não se concretizou.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Quilombo; Pós-Abolição.

ABSTRACT: Little is known about the last years of the captivity and post-abolition period in the Baixada Fluminense, let alone the housing sites of the captive population. In this article, we intend to analyze the 50 years after abolition, in order to construct a context of the dwelling places of the direct and indirect descendants of ex-slaves. In the same way, to identify the reasons why until the present moment it was not possible to find black communities remnants of extensive quilombolas. In order to reach this objective we will analyze the census, the civil records of birth and secondary bibliography of the Baixada Fluminense. This article is an extended version of the communication presented at the Seminar "Black Roots: from Iguassu to Nova Iguaçu", held in 2012, when civil society — led by the Attorney General of the Municipality of Nova Iguaçu — organized to define policies Assistance to the remaining quilombo communities of Baixada Fluminense.

KEYWORDS: Migration; Quilombo; Post-Abolition.

Convidado a participar de uma mesa sobre as possibilidades de implementação de políticas públicas para comunidades quilombolas em Nova Iguaçu, apresentei o resultado de uma pesquisa que demonstrava o porquê da dificuldade em se encontrar tais agrupamentos nessa região. O artigo se concentra da segunda metade do século XIX até os anos do pós-abolição e, através de registros civis de nascimento, dados censitários, depoimentos e bibliografia secundária, demonstraremos a impossibilidade, pelo menos na atual conjuntura historiográfica, de se encontrar comunidades quilombolas extensas no antigo município de Iguassú. Ao mesmo tempo, este artigo auxiliará na compreensão do assenhoreamento, isto é, da ocupação e dispersão populacional, nessa região.

Pardos e Pretos na virada do século XIX na Baixada Fluminense

A composição social da população do antigo município de Iguassú, na segunda metade do século XIX, diferia em diversos aspectos da principal área econômica da província do Rio de Janeiro, o Vale do Paraíba. Em 1872, foram recenseadas 31.251 pessoas das quais 6.984 eram escravos, isto é, 22%.² Apesar de o número ser relativamente alto, quando comparado a regiões concentradoras de mão de obra cativa, como os municípios do Norte Fluminense e do Vale do Paraíba, essa quantidade era inexpressiva para uma produção em larga escala. Em Campos, por exemplo, foram recenseados 36.620 escravos de um total de 92.832 residentes, ou seja, os cativos representavam 39% da população total da região. No município de Valença havia, no mesmo censo, 46.531 moradores dos quais 18.035 (39%) eram pessoas declaradas livres e 28.496 (61%) escravos.³ Um número bem superior de trabalhadores cativos em comparação às outras duas regiões citadas.

A quantidade de escravos nos últimos anos do século XIX variou bastante de região para região no estado do Rio de Janeiro, de acordo com informações retiradas do censo de 1872 e do Relatório de Província em 1884, que informa os dados referentes aos anos de 1873 e 1883. Nessa última há apenas informações relativas à quantidade de escravos, não sendo possível delinear temporalmente a relação percentual entre cativos e população livre. Entretanto, aqui a utilizo apenas para obter indícios sobre a diminuição de cativos nas principais regiões econômicas da Província. Justifico, mais uma vez, a utilização desses dados em virtude da falta de trabalhos que analisam as al-

forrias nas últimas décadas da escravidão, na Baixada Fluminense, assim como a falta de censos e de outros dados demográficos passíveis de serem comparados à população livre local.

No município de Valença, na década compreendida entre 1873 e 1883, proprietários mantiveram a posse sobre os cativos até os últimos dias da abolição. A concentração de escravos, nesse local, diminuiu apenas 8,4% entre os anos compreendidos nesta análise. De acordo com Ana Rios, no mesmo período, encontrou-se situação análoga em Paraíba do Sul onde foram registrados 14.881 cativos, enquanto na última contagem de 1885, três anos antes da abolição, havia 13.990. Já em Campos, a saber, em apenas dez anos houve um decréscimo de 19% no emprego de escravos e no município de Iguassú a desestruturação de mão de obra servil chegou ao total de 24%, no mesmo intervalo de tempo. Outras regiões do estado do Rio de Janeiro acompanharam a diminuição da utilização exclusiva de mão de obra cativa em relação ao panorama nacional. Para se ter uma noção, Osório Duque Estrada visualizou o declínio total da população escrava no Brasil, ao computar os seguintes números: “em 1873 (1.541.345); 1883 (1.211.946) e 1887 (723.419) (ESTRADA, 2005, p. 203).⁴

Para o caso do Vale do Paraíba e do Norte Fluminense, as fugas, as alforrias em massa e as estratégias para a manutenção da mão de obra nas fazendas através, principalmente, dos “laços de gratidão”, explicam o porquê da diminuição acentuada de cativos na década da abolição.⁵ Para a Baixada Fluminense, essa diminuição de cativos, pelo menos em maior número, apesar de não existir dados sobre a população livre em geral, pode demonstrar que os escravizados não eram a mão de obra principal utilizada na região. Da mesma forma, é possível supor que a crise econômica da região, em virtude da diminuição da produção do café, pode ter acelerado o processo de alforrias. Contudo, para chegarmos a essa conclusão é necessário haver mais pesquisas.

Para além da população cativa, nos censos de 1872 e 1890 é possível acompanhar a movimentação da população nacional livre na Baixada Fluminense.⁶ No primeiro ano citado, a população branca correspondia a 39% de toda a população. Um número bem superior quando comparado a quantidade de escravos acima citada, de 22%. Todavia, quando observados os números referentes aos pardos, 26%, os pretos, 33%, e amarelos, 1%, nota-se, claramente, a despeito dessa região possuir uma escravaria ínfima, se comparado ao Vale do Paraíba, os “não-brancos” (cativos e libertos) correspondiam a 60% da população.⁷

Nos anos posteriores à Abolição, a região conheceu um declínio populacional, com variações entre a participação de cada grupo. Em termos demográficos, a população diminuiu 20% em 20 anos. Aqui se percebe que a população branca decresceu 30% entre 1872 e 1890, considerando também a existência de imigrantes nesses números. Já para a população preta e parda pode-se estimar uma queda de 10,6%. Ou seja, a parcela de pretos e pardos caiu muito menos do que a escrava (já citada) e esta menos do que a branca. Logo, mesmo tirando os escravos, que passaram a “livres” em 1890, a população de pretos e pardos subiu percentualmente na Baixada Fluminense.

Ou seja, mesmo diante desse “esvaziamento” é possível notar a manutenção do domínio de pretos e de pardos no antigo município de Iguassú. Em primeiro lugar, cabe destacar que o número de pretos (5.612), em 1890, é muito próximo a de escravos registrados em 1883, 5.296, embora houvesse muito mais pretos em 1872 do que escravos (6.984). Para a população branca, destaca-se a diminuição de 39,3% para 34,6%. Uma queda não tão expressiva se comparada à população de pretos declinante de 33,1% para apenas 22,3% da população. Com esses dois grupos diminuindo a sua contribuição na composição social, nota-se um aumento expressivo de pardos, saltando de 26,3% para 40,9% da população total no ano de 1890. Isto é, nesse último censo analisado, os pretos e pardos passaram a equivaler 63,3% do total de recenseados. Esse movimento de “empardecimento” pode ser explicado, em parte, pela mudança de cor ocorrida no imediato pós-abolição, no qual, provavelmente homens livres registrados como pretos, em 1872, passaram a ser registrados como pardos em 1890, pelo menos na Baixada Fluminense, para se diferenciar daqueles que foram libertos somente com a Lei de 1888.

Apesar da existência da categoria cor, no censo de 1890, utilizamos, também, outra fonte para tentar fotografar o imediato pós-abolição do antigo município de Iguassú, a saber: os registros civis de nascimento e de óbito. Ao contrário de regiões do estado do Rio de Janeiro como Campos e o Vale do Paraíba, analisados por Hebe Mattos e Ana Rios, respectivamente, a categoria “cor” foi citada nessa fonte de forma sistemática, após o período da abolição, na Baixada Fluminense (MATTOS, 1995; RIOS, 1990). Nos nascimentos analisados, entre os anos de 1889 e 1939, a categoria “cor” está presente em 99,4% dos assentos e nos óbitos, 92,64%.⁸

Apesar da citação em larga escala da categoria “cor” ao longo dos anos, no ano de abertura do registro civil, 1889, no Município de Nova Iguaçu, ela esteve presente em poucos assentos. Dos 237 nascimentos registrados no ano de 1889, em 171 não havia informações sobre a cor, ou seja, 72%

das crianças não foram registradas civilmente conforme o decreto instituído durante a República. Já entre os óbitos, sendo um total de 170, 85% (145) dos registros não são informados pela cor. Apenas no final do ano, exatamente no mês de Outubro, a cor passou a ser indicada. Entretanto, o mesmo não ocorreu em outras regiões do estado. De acordo com Ana Rios, por exemplo, em Paraíba do Sul, o primeiro registro, em janeiro já possuía a cor. Em ambas as regiões, pelo menos no primeiro ano de funcionamento, a cor aparece, só que no Vale do Paraíba começou um pouco mais cedo, apesar de sua presença diminuir consideravelmente ao longo dos anos. Destes dados, pode-se concluir que, apesar do registro civil ainda não possuir um apelo tão forte quanto o registro eclesiástico, na comparação entre as regiões, ficou clara a presença significativa de pretos e pardos nos nascimentos em 1889.

Em virtude desses problemas e com a finalidade de obter um retrato estático do imediato pós-abolição na Baixada, busquei analisar o ano seguinte, 1890, uma vez que nele há informações mais contumazes. Em relação à presença da categoria “cor”, inicialmente, cabe destacar que, nesse ano, ela esteve presente em 97,91% dos registros de nascimento e, dentre os óbitos, em 88,54%. No ano de 1890, nos assentos analisados, a menção a categoria “cor” dos pais e avós das crianças registradas como pretas ou pardas se diferencia das encontradas em outras regiões do estado. No caso do Município de Campos, no norte fluminense, Hebe Mattos indicou que pelo menos nos registros de nascimento “[n]os primeiros anos, era ainda comum a designação dos pais como negros crioulos’ e de alguns avós como ‘negros africanos’, mas desde meados da década apenas a cor das crianças era referida” (MATTOS, 1995, p. 335). Não encontramos tal especificidade nos registros da Baixada Fluminense, uma vez que a cor dos pais e avós em momento algum é citada. Logo, em todos os registros civis não é possível supor a cor dos ancestrais das crianças registradas como pardas, pretas e brancas.

Pelos registros de óbitos serem mais completos, pois em muitos casos os falecidos eram adultos ou idosos, a menção à condição social do indivíduo dos anos anteriores à abolição foi destacada. Quando analisou o norte fluminense, Hebe Mattos (1995, p. 330) reparou que em poucos casos denotados “a menção a cor (...) mostrou-se claramente informada por uma concepção da designação ‘negro’ ainda referenciada a uma passada experiência escrava”. Nessa documentação, tanto para Campos quanto para Paraíba do Sul havia referências explícitas “à condição de liberto (‘negro africano’ ou ‘negro crioulo’)” (IBIDEM, p. 330), assim como mostravam uma ausência de sobrenomes para aqueles que nitidamente haviam passado pelo cativei-

ro (MATTOS, 1995; RIOS, 1990). Para ambas, a indicação da cor “negra” ou “nação” era referência de um passado cativo próximo (MATTOS, 1995; RIOS, 1990).

Todavia, nos registros analisados em Nova Iguaçu não é possível delimitar o mesmo acima. Nesses, em momento algum há referência à categoria ‘negro’; e ao contrário do ocorrido em outras regiões, como em Paraíba do Sul e em Campos, vale destacar que, tanto nos nascimentos quanto nos óbitos, não há citação à condição de liberto dos registrados. Somente no registro de óbito de uma senhora falecida na Posse (bairro um pouco distante do atual centro de Nova Iguaçu), no ano de 1890, com idade presumível de 30 anos, de cor preta, profissão jornalreira, há uma rápida citação a uma possível condição de ex-cativa: Filha de Bazília, sem sobrenome, a mesma é registrada como *Maria Liberta*.⁹

Na tentativa de recuperar experiências do cativo e da ocupação deste grupo específico pelo município de Iguassú, captadas pelos registros civis, buscamos os registros de 10 africanos falecidos entre os anos de 1889 e 1894. Dona Theresa Maria da Conceição era uma delas. Infelizmente não há sinalização específica de local do nascimento, somente que era de origem africana; mas sabe-se que veio a falecer no ano de 1894, em São Bento, com 104 anos, e foi sepultada no Cemitério Municipal do Mosteiro de São Bento, localizado no atual município de Duque de Caxias.¹⁰ No mesmo ano, outro caso interessante aconteceu na Fazenda do Barão de Mesquita, hoje bairro da Cachoeira, atualmente município que leva seu nome. Anacleto, africano e registrado como preto, tendo como local de nascimento a Costa d’África, com 100 anos presumíveis, faleceu de velhice. Era lavrador e, provavelmente, deve ter sido escravo dessa fazenda.¹¹ Os sobrenomes estão presentes em praticamente todos os registros de nascimentos e de óbitos e, a partir deles, não foi possível localizar suas trajetórias como ex-escravos, uma vez que não os encontramos nos registros eclesiásticos de batismos e referências aos seus ex-senhores, o que permitiria uma busca nos inventários. Possivelmente já eram libertos antes de 1888, por conta da idade avançada.

Contudo, em apenas um caso foi possível fazer relação direta entre o registro civil e a experiência dos ascendentes no período do cativo. No dia 11 de março de 1894 nasceu Cândida. Sua mãe Cecília Carolina Leocádia buscou o cartório no dia 13 do mesmo mês, informando ser sua filha da cor preta e tendo como local de moradia a localidade denominada Cachoeira. O único parente a ser citado foi a avó, denominada Carolina Leocádia.¹² Nos registros paroquiais localizei o registro de sua mãe, Cecília, nascida após a

Lei do ventre-livre e batizada no dia 16 de fevereiro de 1873.¹³ A única referência à condição de escrava vem da avó Carolina, de naturalidade “crioula” e cujo proprietário era o Comendador Jeronimo José de Mesquita. Apesar de ser apenas um caso, um estudo mais aprofundado nos registros paroquiais de outras igrejas poderia apontar aquele grupo como também originários de escravos da fazenda Cachoeira.

No final do século XIX houve uma decadência econômica da região, tendo a população da Baixada Fluminense variado muito pouco entre os anos de 1872 e 1920. Nota-se, apenas, que houve um pequeno decréscimo populacional no ano de 1890, quando, aparentemente, uma parcela da população deixou a região em busca de locais economicamente mais vantajosos. Essa migração tinha, provavelmente, caráter sazonal, uma vez que não houve relatos e muito menos indícios de uma debandada em massa, e em definitivo, para outras regiões do estado do Rio de Janeiro. Para se ter uma noção, a população diminuiu de 31.654 moradores para 25.119, respectivamente.¹⁴ Ao longo dos anos o quadro se reverteu, principalmente a partir década de 1920, quando o crescimento populacional retomou o antigo patamar em torno de 33 mil pessoas. Contudo, o que mais chamou atenção foi o crescimento significativo na década de 1940. De acordo com o censo desse ano, a população chegou ao patamar de 140.606 pessoas, um aumento demográfico de 300%, em apenas 20 anos, resultado de migração.¹⁵

O mais difícil em demonstrar, através desses censos, é a composição social através da cor ao longo dos anos. Como mencionado anteriormente, os censos de 1872 e 1890 indicavam que, pelo menos na região estudada, houve um movimento em direção ao “empardecimento”. O recenseamento seguinte poderia comprovar esse processo, porém, o censo de 1920 não apresentou a categoria “cor” em seus dados. Somente após 50 anos a cor voltou a aparecer e, nele, os brancos surgiram como a grande maioria em relação aos pardos e aos pretos. Ao mesmo tempo em que se visualizava a relação entre brancos, pardos e pretos, fica muito claro que se antes, no período da escravidão e no imediato pós-abolição, os últimos citados são a grande maioria, em 1940, há um claro equilíbrio entre os dois grupos, mesmo os pretos e pardos estando nessa situação, quando somados com os brancos, tenho que destacar o número superior de brancos em comparação à população parda e preta. A suposição mais óbvia seria a de que estes últimos teriam abandonado e/ou sido expulsos da região e se direcionado para locais mais pobres do Rio de Janeiro. Já por outro lado, caso a constituição de família e sua manutenção tenham sido uma realidade na região, muitos pardos e pretos podem

ter modificado sua cor para brancos, em um possível símbolo de mobilidade social. Contudo, com um déficit de 50 anos de informações, ainda é cedo para levantar tais afirmações.

Em virtude da falta de dados referentes a cor na década de 1920, para conseguir montar uma comparação entre as trajetórias de brancos, pardos e pretos no município de Nova Iguaçu, entre os anos de 1889 a 1940, procuramos outras fontes. Como apontado anteriormente, os registros civis de nascimentos e de óbitos tornaram-se um ótimo e possível mecanismo de suprir essa falta de 50 anos de informação sobre a população, na região da Baixada Fluminense.

Quando analisados, nota-se claramente, ao longo dos anos, uma mudança de atitude em relação ao registro civil de nascimento, no que se refere à cor. Afinal, como mencionado, apesar de ser obrigatório o registro dos recém-nascidos, nem todos os pais compareciam ao cartório — problema enfrentado até hoje em algumas regiões do país. A primeira grande diferença consiste nos primeiros anos do registro civil. Entre os anos de 1889 e 1899, os pardos, de longe, foram grande maioria nos registros civis de nascimentos, tanto em números absolutos quanto percentualmente. O ápice de sua presença foi o ano de 1894, quando corresponderam a 45,2% de todos os registrados naquele ano, enquanto as crianças brancas eram 36,5% e as pretas 17,9%. Todavia, quando analisados em separado, após o ano de 1899, brancos ultrapassaram em números absolutos e percentuais os grupos.

Se, tomado o registro como uma ação, os primeiros anos da implantação do registro civil demonstraram uma busca intensa pelo mesmo, que pode estar ligada à euforia dos primeiros anos do pós-abolição, assim como da recém-inaugurada república, e da promulgação da primeira constituição da nova era (CARVALHO, 1987, p. 37). Possivelmente houve campanha em massa para o registro, uma vez, que através dele, era possível, ou pelo menos almejar, a cidadania brasileira, mesmo que não plena. Sobre esse período, é interessante notar que pretos e pardos, em comparação, buscaram em maior escala o reconhecimento de seus filhos pelo governo brasileiro. A expectativa de que os brancos tivessem mais engajamento político, um maior conhecimento da estrutura burocrática do Estado e, conseqüentemente, maiores possibilidades de inserção social, não se sustenta para a Baixada Fluminense.

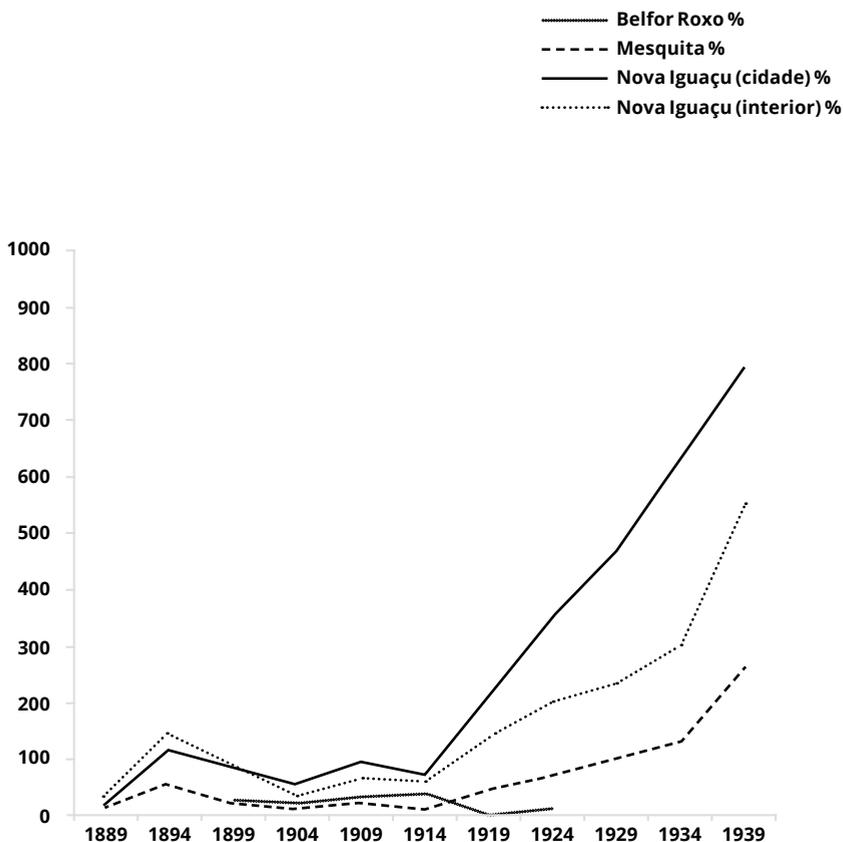
A presença maciça tanto de brancos e, principalmente, de pardos e pretos torna possível supor que, pelo menos através desses registros, ao longo do tempo, não é possível concordar com a afirmação de José Murilo de Carvalho (1987, p. 37) de que a “expectativa inicial, despertada pela Repú-

blica, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada”. Tudo indica que houve sim um interesse maciço pelo registro civil. Após o *boom* nos primeiros anos da recém-inaugurada República, a euforia inicial, pela busca do registro civil de nascimento e de óbito, não deu lugar à frustração, mas sim à estabilidade.

Partindo para a análise dos gráficos abaixo, nota-se claramente uma diminuição brusca em números absolutos, a partir de 1904, da busca pelos registros de nascimentos em todas as cores. Entre esse ano e o de 1914, apesar da predominância dos registros de crianças brancas, 53,84% naquele e 40,6% nesse, quando somadas, as pretas e pardas continuavam sendo maioria — em 1904 corresponderam a 38,46% e, em 1914, passam para 57,14%. Essa situação só se modificou após 1914. Após esse, ano nos registros de nascimento, os brancos passaram a ser a grande maioria tanto em números absolutos quanto percentuais, situação essa que se modificou no ano de 1939. Mesmo que em menor número, nos anos seguintes à abolição, pardos e pretos utilizaram ativamente da burocracia do Estado, uma vez que o registro civil de nascimento de seus filhos não deixou de ser realizado. Isto significa dizer que, pelo menos na Baixada Fluminense, os pais de crianças pretas e pardas não foram alijados, impedidos ou mesmo proibidos de frequentarem o cartório local.

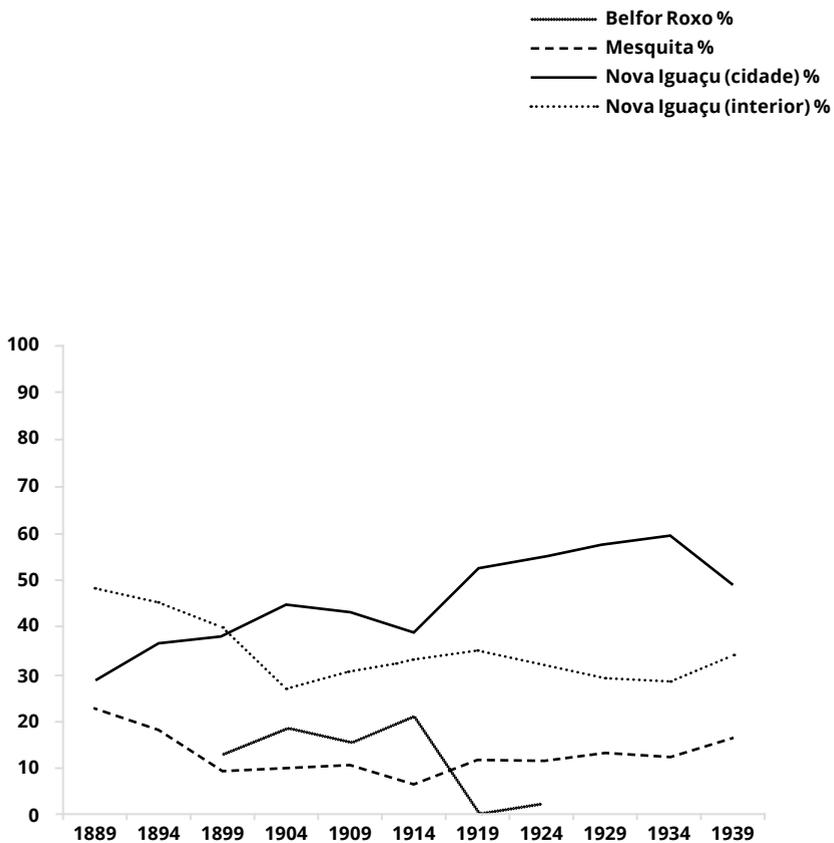
Resumindo, cabe destacar que a diminuição de registros, após 1894 até o ano de 1914, pode estar ligada a diversos fatores. Primeiro, deve-se levar em conta o já mencionado processo de emigração sazonal da região nessas décadas; tanto de trabalhadores em busca de regiões mais prósperas, quanto as definitivas, de proprietários pobres que venderam suas terras em virtude da decadência econômica do café. Segundo, acredita-se que houve uma euforia inicial pela busca do registro civil, gerada pela inauguração da República, seguida por um período de equilíbrio. Afinal, os números não decresceram ao longo dos anos, pelo contrário, mantiveram-se muito próximos, até a década de 1920, quando houve um salto na quantidade de registros, por conta de uma migração em massa para a região. Ou seja, a diminuição de registros não está ligada a uma “frustração” com o governo, mas sim a uma estabilização da vida cotidiana na região e a possíveis pequenas emigrações sazonais.

GRÁFICO 1: Relação cor por ano em números absolutos nos Registros civis de nascimentos. Município de Nova Iguaçu, 1889-1939



Fonte: Registros Cíveis de Nascimento do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939.

**GRÁFICO 2: Percentual de registros civis de nascimento por ano e cor (%).
Município de Nova Iguaçu 1889-1939.**



Fonte: Registros Civis de Nascimento do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939.

Da permanência à ocupação

Entre os anos de 1889 a 1939, a população do município de Nova Iguaçu tendeu a se concentrar em algumas regiões específicas. Cabe destacar, em primeiro lugar, o grande deslocamento populacional interno ocorrido após 1914 no qual brancos, pardos e pretos parecem ter abandonado a antiga sede do município, que se localizava próximo ao Rio Iguassú. Historiadores locais e acadêmicos já haviam apontado para uma mudança após a virada do século XIX para o XX, na Baixada Fluminense, sem conseguir comprová-la numericamente.¹⁶ O declínio econômico da antiga sede, gerada principalmente pela crise do café e do assoreamento dos rios que serviam para escoamento da produção do interior do país, assim como várias epidemias seguidas de “cóleras morbus”, motivaram a saída da antiga Vila de Iguassú. A região de Maxambomba, nesse mesmo período, se apresentava como um novo eixo econômico regional, em virtude tanto da construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, quanto das novas plantações de laranja que já despontavam no mercado nacional. Somado a isto, a proximidade da sede permitia o acesso a médicos, boticários e farmacêuticos, que ali estavam concentrados, isto é, quanto mais próximo à cidade, melhor o acesso à saúde e à condição melhores de vida. Por consequência desses fatores, em 1916, a região foi elevada à sede do município, passando a denominar-se “Nova Iguaçu”.

Contudo, nenhum dos pesquisadores havia acompanhado por cor e visualizado em números a movimentação populacional, ao longo dos anos, no interior do município de Nova Iguaçu. A partir dos gráficos abaixo, em 1914 — o período de grande mudança — brancos, pardos e pretos abandonaram o interior do município e se dispersaram por diversas regiões. Durante a década de 1920, houve certa estabilidade e brancos e pardos conseguiram sobreviver na sede do município. A segunda mudança na vida de todos foi a década de 1930. Com a chegada maciça de trabalhadores de diversas regiões do país e com a provável valorização das propriedades, agora direcionadas para a produção e exportação de laranjas, poucos conseguiram se manter na sede. Somente os brancos ali conseguiram permanecer. Parte significativa dos pardos retornou para o interior, onde as propriedades deveriam ser mais baratas. A experiência dos registrados como pretos foi bem diferente, nunca abandonaram por completo a zona rural, ou seja, o interior do município.

Na década de 1930, é possível notar o resultado do crescimento das cidades ao entorno do centro de produção de laranjas. Em localidades como Miguel Couto, Brejo e Morro Agudo, os pardos e pretos ocuparam o espaço

de forma equilibrada em relação à quantidade de brancos na região. Isto é, quanto mais afastados dos centros, maior a possibilidade de se encontrar pardos e pretos na região. Já nos municípios atualmente emancipados, Belford Roxo e Duque de Caxias, encontram-se em grande maioria, em relação aos brancos. Porém nenhum outro município parece ter atraído mais pretos do que Mesquita. Pouco estudado, ali ocorreu um dos primeiros loteamentos de propriedades e, possivelmente por conta da proximidade do centro, foi o local escolhido para residirem. Apesar de distantes da sede, esse último grupo não estava tão afastado como os residentes em Caxias e Belford Roxo. Ou seja, pretos e pardos não se concentraram na sede, mas mantiveram-se espalhados em sua órbita.

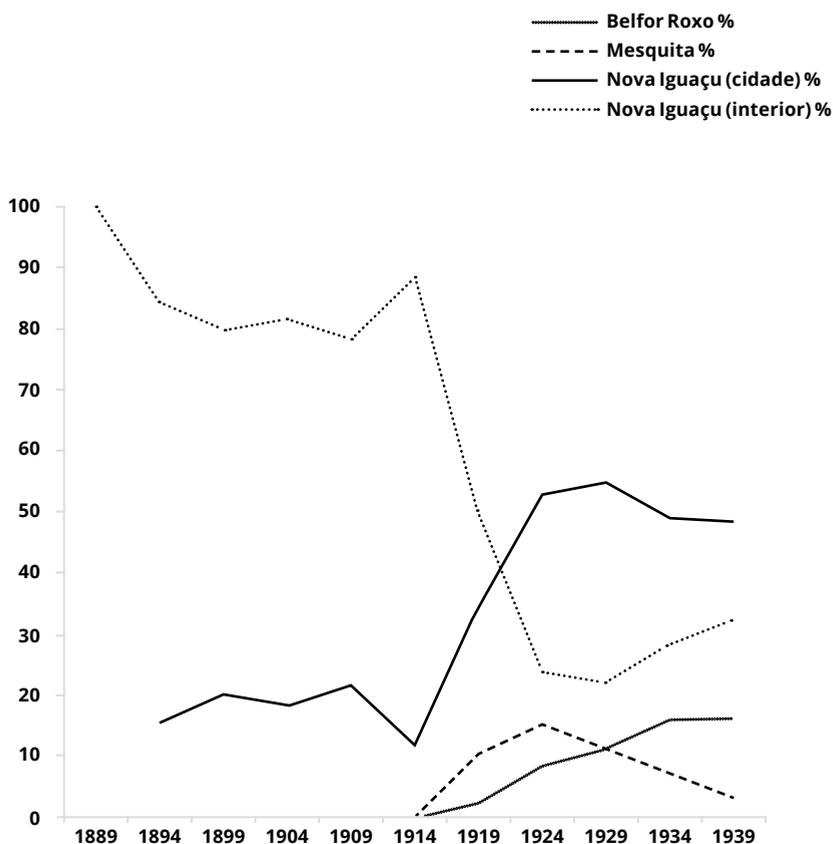
Através desses dados foi possível observar que a nenhuma cor foi impedido o acesso à moradia na sede. Ou seja, apesar de claramente a sede ser uma região onde os brancos eram maioria, eles não possuíam o monopólio das residências e das pequenas propriedades. Logo, ali e no município como um todo não ocorreu qualquer tipo de processo de segregação espacial por cor. Se, até 1939, os brancos eram a maioria dos moradores da região central da Baixada Fluminense, não há uma clara exclusão do espaço de convivência, pois ali pardos e pretos compuseram, em alguns momentos, 40% da população. Se a cidade, aparentemente, era dominada pelos brancos, em contrapartida, os pardos, além de estarem na sede e no interior, se concentraram basicamente nos municípios do entorno.

Entretanto, um dos dados mais interessantes se refere aos pretos. Eles não estavam concentrados em nenhuma parte da Baixada Fluminense, pelo contrário, se dispersaram por todas as regiões. Aparentemente, a eles não foi impedida a mobilidade e tão pouco houve algum tipo de segregação. Logo, mesmo morando distantes da sede do município, provavelmente tinham acesso à saúde e educação, afinal, essas localidades possuíam, já à época, inúmeros caminhos que aceleravam o contato com a capital.

Se não houve impedimentos à mobilidade e a escolha nos locais de moradia, por que pretos e pardos optaram por residir no entorno da sede do Município de Nova Iguaçu? No período que se seguiu a abolição, de 1889 a 1939, eles não foram expulsos e muito menos migraram para o Distrito Federal como esperado; pelo contrário, permaneceram, e a família continuou residindo nos locais onde os pais e os avós foram escravos. Essa permanência também só foi possível por conta do dessecamento de regiões alagadiças e venda de terras até então inabitadas — pois muitos proprietários abandonaram a região após a crise do café — e normalmente muito baratas (ROCHA,

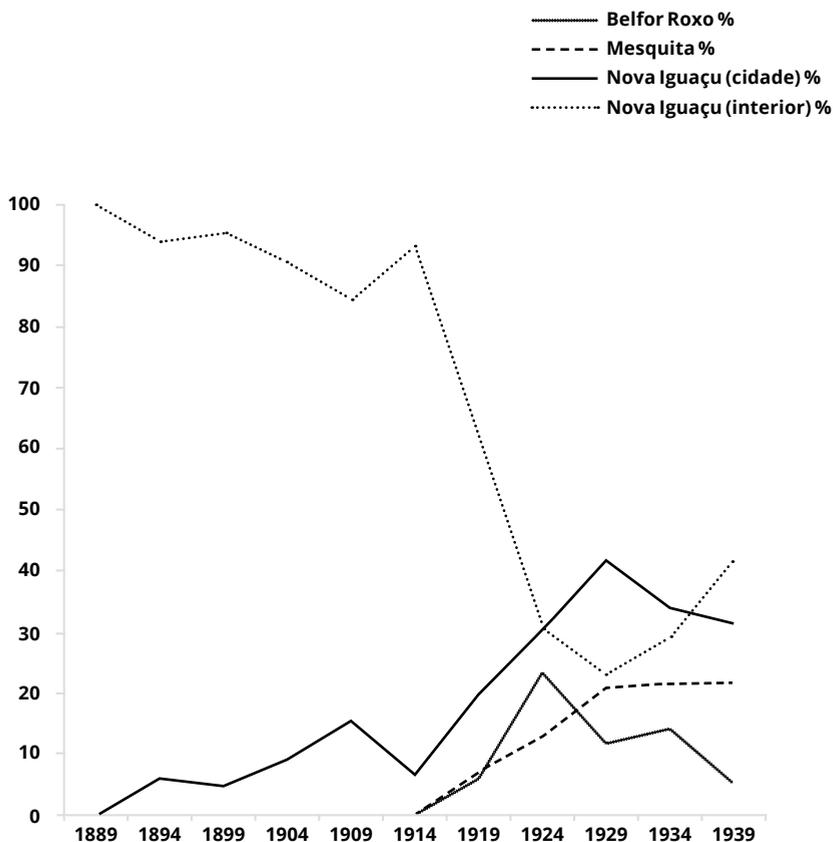
2000, p. 30). O projeto da pequena propriedade, aliada ao comércio de pequenos gêneros com trabalho nas lavouras de laranja, parece, em Nova Iguaçu, ter sido muito bem-sucedido.

GRÁFICO 3: Região de residência de Brancos (%) por cor e ano nos registros civis de nascimento. Município de Nova Iguaçu, 1889-1939.



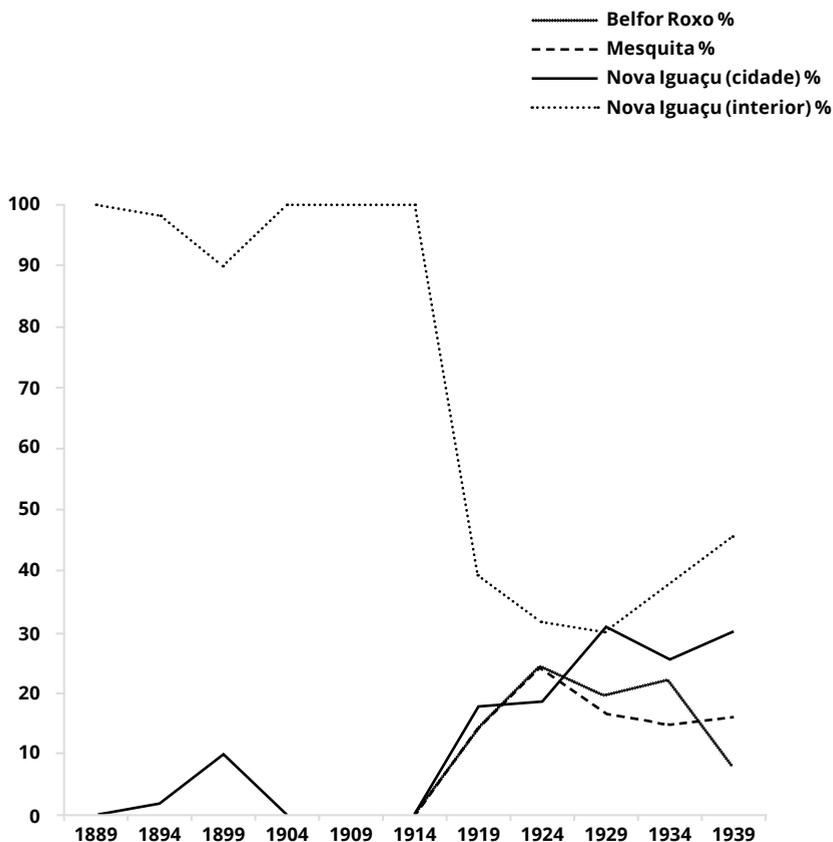
Fonte: Registros Cíveis de Nascimento do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939.

GRÁFICO 4: Região de residência de pardos (%) por cor e ano nos registros civis de nascimento. Município de Nova Iguaçu, 1889-1939.



Fonte: Registros Cíveis de Nascimento do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939.

GRÁFICO 5: Região de residência de pretos (%) por cor e ano nos registros civis de nascimento. Município de Nova Iguaçu, 1889-1939.



Fonte: Registros Cíveis de Nascimento do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939.

Considerações finais

Os indícios até aqui apresentados sugerem que pretos e pardos conseguiram conquistar o projeto camponês e mantê-lo ao longo dos anos, quando não aumentaram seus ganhos materiais.¹⁷ Ou seja, em uma região onde a produção de laranja em larga escala não estava totalmente direcionada para exportação, e muito menos se utilizava grandes propriedades, pretos e pardos, com histórico de passagem pela escravidão ou não, permaneceram na Baixada Fluminense. Ainda pouco se sabe sob que condições: se conseguiram comprar terras, quais eram as possibilidades de trabalho, os espaços de enriquecimento e sobrevivência. Somente um estudo mais apurado com outras fontes pode complementar essa análise.

Esse processo de permanência de ex-cativos e seus descendentes nas regiões onde eram escravos não foi exclusividade da Baixada Fluminense. Em outras regiões como Cuba, Jamaica e sul dos Estados Unidos ocorreu processo semelhante.¹⁸ Assim como também em várias regiões do Brasil, como Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (Norte Fluminense e Vale do Paraíba).¹⁹ Ou seja, com mais essa análise nota-se claramente que a experiência do liberto e/ou de pretos e pardos, que não vivenciaram a escravidão, não foi a de movimentação em massa, nos anos seguintes, para os grandes centros. Pelo contrário, estabilizaram-se nas regiões de onde eram originários, com possíveis experiências de mobilidade social (COSTA, 2015b).

Enfim, a dispersão pela região da Baixada Fluminense, após a década de 1930, pode explicar a inexistência de grandes comunidades negras, a exemplo de regiões como o Vale do Paraíba, Norte Fluminense e Litoral Sul do Estado. De acordo com o *Atlas Quilombola*, existem, no estado, 44 comunidades remanescentes de quilombolas, das quais nenhuma fica nos municípios emancipados do antigo Iguassú. A região mais próxima a existir comunidades é Magé, que faz divisa com Duque de Caxias.²⁰ Contudo, isso não significa afirmar que inexistam comunidades quilombolas na região da Baixada Fluminense, isto é, elas, ainda que pequenas, não conhecem os seus direitos.

Notas

- 1 O presente artigo contou com o financiamento do CNPQ e da FAPERJ.
- 2 Até o ano de 1943 (ano em que ocorreu a primeira emancipação), os municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Japeri, Queimados, Mesquita e Nilópolis, faziam parte do Município de Nova Iguaçu.
- 3 IBGE, Censo de 1872.
- 4 Mais detalhes sobre os escravos nos últimos anos de escravidão no Brasil ver: Slenes, 1976.
- 5 São diversos os autores que trabalham o período final da escravidão e as estratégias tomadas pelos cativos em busca da liberdade. Como exemplo, podemos citar Mattos, 1995; Machado, 1994; Chalhoub, 1990; entre outros.
- 6 Censos Demográficos IBGE de 1872 e 1890.
- 7 Cabe aqui salientar que a mudança de significados da cor ao longo dos anos não é a preocupação última desse artigo. Para uma melhor discussão sobre a mudança da cor nos dicionários, de acordo com a situação social de cada grupo ao longo da Primeira República, ver Correia, 2006.
- 8 Para uma discussão mais aprofundada da fonte e metodologia empregada, ver capítulo 1 de Costa, 2013.
- 9 Registro Civil de Óbito do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais de Nova Iguaçu (RCO), livro 1, registro 194, de 1890.
- 10 RCO, Livro 2, reg. 450, de 1894.
- 11 RCO, Livro 2, reg. 392, de 1894.
- 12 Registro Civil de Nascimento (RCN) livro 3, reg. 428, de 1894.
- 13 Registro de Batismo da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga, p. 78v. assento n. 905, de 1873. Agradeço a Rubens Machado que solidariamente permitiu a comparação de banco de dados.
- 14 Nos censos de 1872 e 1890 foram somados os municípios de Iguaçu e Estrella por hoje comporem quase a totalidade da Baixada Fluminense.
- 15 Para uma melhor análise do processo migratório para a Baixada Fluminense, ver Costa, 2013 e Costa, 2015a.
- 16 Entre os historiadores destaco Pereira, 1977; Barros, 1993; Pereira, 1970; Souza, 2000; Torres, 2004; Souza, 1992.

17 Para uma discussão aprofundada sobre o tamanho das famílias negras e a relação com a entrada da produção em larga escala da laranja, ver Costa, 2015b.

18 Ver Foner, 1988; Holt, 1992 e Scott, 1991.

19 Entre os autores nacionais destaque-se Albuquerque, 2009; Fraga Filho, 2006; Machado, 1994; Mattos, 1995 e Rios e Mattos, 2005.

20 Segue a lista de Comunidades Remanescentes de Quilombo no estado do Rio de Janeiro: <http://www.koinonia.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/>. Acesso em: 21/06/2017.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. **Um pouco da história de Iguaçu a Iguaçu**. Nova Iguaçu: Colégio Leopoldo Machado, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Uma história das últimas décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORREIA, M. A discriminação racial nos dicionários de língua: tópicos para discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos. **Revista Alfa**, v. 50, n. 2, jul/dez, 2006.
- COSTA, Carlos Eduardo C. **De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração no Pós-Abolição da Baixada Fluminense, RJ**. (1888-1940). 2013. (Tese) Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História Social — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COSTA, Carlos Eduardo C. Migrações negras no pós-abolição do Sudeste Cafeeiro. **Topoi**, v. 16, n. 30, 2015a.
- COSTA, Carlos Eduardo C. Revisitando “Família e Transição”: família, terra e mobilidade social no pós-abolição — Rio de Janeiro (1888-1940). **Revista Brasileira de História**. v. 35, n. 69, jan.-jun. 2015b.

- SCOTT, Rebecca. **Emancipação escrava em Cuba**: a transição para o trabalho livre, 1860-1889. Rio de Janeiro/Campinas-SP: Paz e Terra/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- ESTRADA, O. D. **A Abolição**. Brasília: Senado Federal, 2005 *Apud* ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- FONER, Eric. O Significado da Liberdade. **Revista Brasileira de História**, n. 8, 1988.
- FRAGA FILHO. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.
- HOLT, Thomas. **The Problem of Freedom**: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1992.
- MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1994.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio**. Significados da liberdade no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____. **Das Cores do Silêncio**. Significados da liberdade no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- PEREIRA, Waldick, **A Mudança da Vila** (História Iguaçuana). Nova Iguaçu: Artesgráfica, 1970.
- _____. **Cana, Café e Laranja**: História econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.
- RIOS, A. L. **Família e Transição** (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920). 1990. (Dissertação) Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História — Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- RIOS, Ana L. e MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo**. Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROCHA, Jorge Luís De quando dar os Anéis — A estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações. **Hidra de Iguassú**, n. 3, Abril/Maio/Junho de 2000.
- SLENES, R. **The Demography and economics of Brazilian Slavery (1850-1888)**. 1976. (Tese) Doutorado em História, PhD — Stanford University, Stanford.
- SOUZA, Marlúcia dos Santos. **Economia e sociedade iguaçuana**. 2000. (Dissertação) Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História — Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- SOUZA, Sonali Maria. **Da Laranja Ao Lote**: transformações sociais em Nova Iguaçu. 1992. (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- TORRES, Gênesis (Org.). **Baixada fluminense**: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti-RJ: IPAHB Ed., 2004.

Recebido em 28/08/2017
Aprovado em 30/09/2017